



Interpeleção Oral

Nos últimos anos, o Governo recorreu a várias medidas de benefício social para reduzir o fosso entre ricos e pobres. Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares 2017/2018, divulgado no ano passado pelos Serviços de Estatística e Censos, o índice de *Gini* era de 0,36. Se se deduzir os benefícios e subsídios do Governo, o índice de há cinco anos, isto é, 0,38, aumenta para 0,4, para a linha de alerta, o que reflecte a existência de problemas quanto ao fosso entre ricos e pobres. Os benefícios sociais são essenciais para os cidadãos da camada de base, mas, na realidade, a sua concretização apresenta problemas e divergências em relação às expectativas.

Veja-se o exemplo do apoio financeiro do Instituto de Acção Social. A intenção originária do Governo é prestar apoio aos indivíduos ou agregados familiares em situação de carência económica, com vista a satisfazer as suas necessidades básicas, o que merece reconhecimento. Contudo, na realidade, vários agregados familiares não conseguem beneficiar de apoio financeiro. Neste ano, já recebi dezenas desses casos. Posso aqui partilhar o caso de uma família monoparental: a mãe é trabalhadora de limpeza, com um salário mensal de 8000 patacas, e tem dois filhos. Como não consegue suportar as rendas em Macau, a família arrenda casa e mora em Zhuhai, por isso, não preenche um dos requisitos para o apoio financeiro, isto é, ter residência legal e ininterrupta na RAEM nos últimos 18 meses. Apesar da melhoria



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

incontestável das condições de vida e dos rendimentos dos residentes de Macau, os problemas com a habitação e a inflação continuam a destacar-se. Se a situação se mantiver, a longo prazo, os pobres vão ser cada vez mais pobres.

Devido à situação de epidemia, no segundo trimestre deste ano, a mediana do rendimento mensal da população empregada era de 15 mil, e a taxa de desemprego dos residentes subiu até 3,5%. A sociedade espera que o Governo faça um balanço das políticas de benefício social do passado, para proceder ao seu aperfeiçoamento, e crie um mecanismo permanente e eficaz para assegurar uma redistribuição científica e razoável, por forma a apoiar, efectivamente, a camada de base, reduzindo o fosso entre ricos e pobres.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Alguns agregados familiares que vivem no Interior da China não conseguem preencher o requisito da residência legal e ininterrupta na RAEM nos últimos 18 meses, portanto, têm dificuldade em obter apoio financeiro e outros benefícios sociais. Acredita-se que o objectivo do Governo seja evitar abusos, mas, na realidade, existem casos em que viver no Interior da China ou outros locais foi uma opção forçada devido à carência de condições económicas, que impossibilita o preenchimento do requisito em causa. Como é que as autoridades vão resolver, objectiva e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

efectivamente, este problema?

2. No Relatório do Estudo sobre a Situação de Vida das Pessoas Economicamente Carenciadas de Macau e os Respectivos Apoios, divulgado em 2006, o Governo apresentou sugestões em cinco vertentes para reduzir a pobreza e aliviar as dificuldades. Qual é o ponto da situação da concretização dessas sugestões? Que melhorias se conseguiram no combate à pobreza em Macau?
3. Devido à epidemia de Covid-19, a economia de Macau tem decaído, assim, o Governo precisa de conter as despesas que não sejam urgentemente necessárias. Em termos do longo prazo, deve ponderar a criação duma redistribuição científica e razoável, para apoiar efectivamente a camada de base e os pobres, concretizando-a e promovendo-a através de mecanismos permanentes e eficazes. O que pensa o Governo sobre isto?

17 de Agosto de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Si Ka Lon